RELATÓRIO DE GESTÃO

CSSPS - CENTRO SOCIAL S. PEDRO DE SERRACENOS

Exercício de 2017

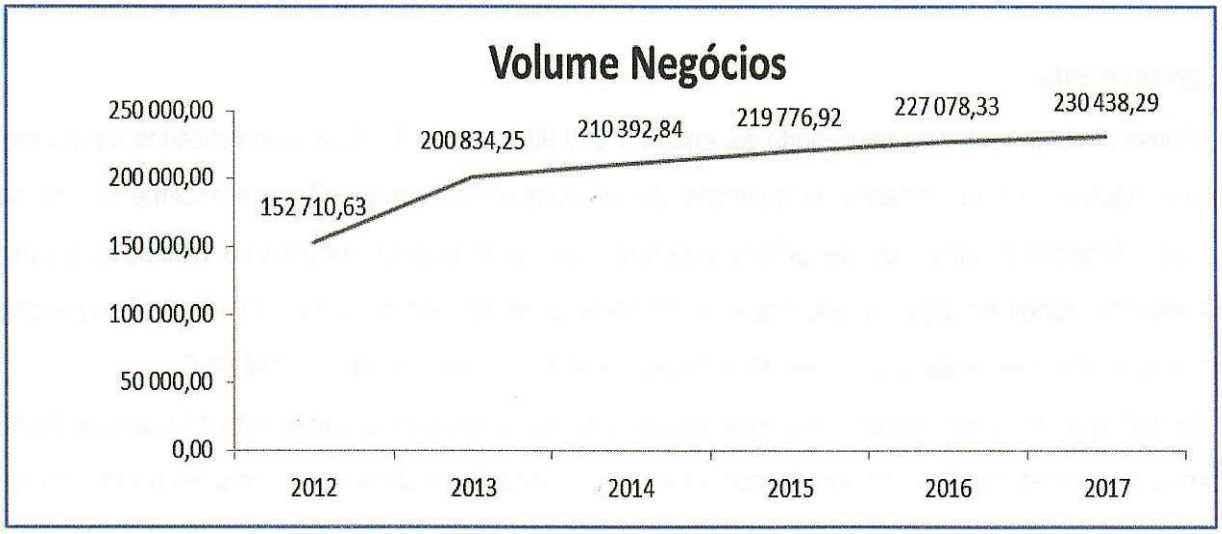
A Direção do CSSPS - Centro Social de São Pedro de Serracenos, no cumprimento das disposições aplicáveis, submete à vossa apreciação o relatório de gestão referente ao exercício de 2017.

Caraterização da Entidade

O CSSPS - Centro Social de São Pedro de Serracenos é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua do Lar Loteamento da Boavista em São Pedro de Serracenos, tem como resposta social a Estrutura Residencial para Pessoas Idosos e capacidade máxima de trinta e cinco utentes, uma vez que os quartos individuais podem ser usados como quartos de casal.

1. Evolução da atividade da Instituição

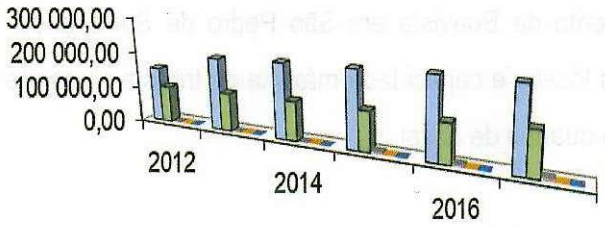
A atividade da instituição teve uma evolução favorável no exercício de 2017, crescendo 1,48 % relativamente ao exercício anterior. Esta evolução positiva ao longo destes últimos anos teve a sua origem na utilização da capacidade máxima do lar, ao invés do ano de 2012, altura em que a capacidade máxima era de 24 utentes, sendo que apenas no último trimestre desse ano se concluíram as obras de ampliação da instituição e se aumentou a capacidade máxima para os 35 actuais.



1.1 Evolução da Receita

Como se pode observar pelo gráfico seguinte a evolução da receita tem sido positiva, exceção feita às quotas dos associados, que registaram um decréscimo de 22,34 %. As mensalidades dos utentes registaram um ligeiro aumento, de 0,80 %, ao passo que as vendas, que apenas a partir de 2015 se começaram a separar das mensalidades, registaram um aumento de 33,15 %. No que concerne às comparticipações da Segurança Social verificamos que o seu valor registou também uma variação positiva, de 11,38 %. Por último, de salientar a contabilização de outras receitas, nomeadamente relativas à faturação do transporte dos utentes pelos Bombeiros Voluntário, que desde o ano passado passou a ser feita pela instituição, e que registou um ligeiro aumento, de 1,16 %.

Variação da Receita



	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mensalidasdes	152 710,63	200 666,25	209 502,84	214 099,08	220 804,80	222 571,09
Comparticipações	101 327,04	105 291,02	109 133,42	109 500,19	106 340,30	118 438,11
Vendas	0,00	0,00	0,00	5 186,84	5 306,53	7 065,70
Quotas	0,00	168,00	890,00	491,00	752,00	584,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	215,00	217,50

2. Investimento

O investimento realizado no período ascendeu 1 879,98 €, tendo 1 133 € sido utilizados na aquisição de ativos fixos tangíveis, nomeadamente na aquisição de um computador portátil. O remanescente foi aplicado em outros activos financeiros, uma vez que, pelo fato de terem sido admitidos funcionários na instituição, e cumprindo com a legislação laboral em vigor, a empresa tem que fazer entregas mensais para o Fundo de Compensação do Trabalho, e que são considerados como um ativo financeiro, tendo estas ascendido a 746,98 €.

De salientar, contudo, que em virtude da cessação de contratos, com o pagamento de todos os direitos aos funcionários, os valores que haviam sido descontados para o fundo foram devolvidos, tendo este valor ascendido a 226,89 €.

3. Custos, Resultados e Rentabilidade

3.1 Custos

No que concerne aos custos do exercício verificou-se um aumento das rubricas de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e de custos com o pessoal. Quanto aos custos com pessoal, o seu aumento é explicado pela atualização do salário mínimo nacional, e que originou um aumento generalizado das retribuições do pessoal. Quanto ao aumento do custo com as mercadorias vendidas e das matérias consumidas, o seu aumento é explicado pelo factor inflação. Já os custos com fornecimentos e serviços externos registaram uma diminuição.

3.2 Resultados

Os resultados da Instituição no exercício 2017 registaram uma variação positiva, de 75,29 %, invertendo a tendência dos anos anteriores. É de salientar que esta situação advém do aumento das receitas, que foi superior ao aumento das despesas. A rubrica com maior peso para esta situação foi a rubrica de subsídios à exploração, que foi suficiente para mitigar o aumento dos custos com pessoal.

3.3 Situação Económico Financeira

De entre os rácios a seguir discriminados, importa fazer referência ao *cash-flow*, que revela os fundos libertos gerados pela instituição, e que corresponde ao resultado líquido, acrescido das amortizações que, por não representarem movimentos efectivos de fundos, têm que ser acrescidas ao resultado. Este registou um aumento de 17,67 % relativamente ao exercício anterior, em função do exposto nos pontos anteriores.

Seguidamente passamos à análise da rentabilidade, quer das vendas quer do activo quer do capital próprio, cujos valores apresentados são, nos três casos, positivos. De salientar que a rentabilidade das vendas cresceu 4,29 % relativamente ao exercício anterior, uma vez que o aumento do resultado líquido foi percentualmente superior ao aumento das vendas. A mesma explicação se aplica ao crescimento de 2,19 % registado na rentabilidade do capital próprio. Quanto à rentabilidade do ativo, este registou um crescimento de 2,10 % relativamente ao exercício anterior, uma vez que o resultado líquido aumentou e o valor do ativo diminuiu.

Analisamos agora dois indicadores directamente ligados às necessidades de tesouraria da instituição, que são o prazo médio de recebimento e o prazo médio de pagamento. Relativamente ao prazo médio de recebimento, registou-se um acréscimo de 0,28 dias relativamente ao exercício anterior, enquanto que o prazo médio de pagamento registou uma diminuição de 2,77 dias. Estas variações são negativas, e reduzem a margem de manobra da empresa em relação às necessidades de financiamento, pois, como o prazo médio de pagamento é inferior ao prazo médio de recebimento, isto traduz-se numa necessidade de financiamento para a instituição.

Analisando o rácio da autonomia financeira, que representa a proporção dos activos que são financiados através de capital próprio, verificamos que sofreu um ligeiro acréscimo, justificado pelo facto de o valor do capital próprio ter aumentado, enquanto que o valor do ativo diminuiu. O valor apresentado, 89,75 %, é bastante positivo e revela pouca dependência da instituição face a terceiros.

No que respeita à Solvabilidade da instituição, que representa a proporção dos passivos cobertos através de capital próprio, verificamos que houve também um acréscimo, de 3,05, relativamente ao exercício anterior, fruto do aumento do valor do capital próprio, ao passo que o valor do passivo diminuiu. O valor apresentado, 8,75, é extremamente positivo e reflecte um baixo risco para os credores da instituição, uma vez que os capitais próprios são suficientes para fazer face aos compromissos assumidos, restando ainda uma boa margem de segurança.

Por último, fazemos referência à Liquidez Geral da instituição, que mede a capacidade desta em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, e que registou também um acréscimo, de 1,04, relativamente ao exercício anterior, uma vez que o valor do ativo corrente aumentou, ao passo que o valor do passivo corrente diminuiu. O valor apresentado, 3,60, é extremamente positivo e revela que a instituição não tem qualquer problema em cumprir com os compromissos de curto prazo assumidos.

indicadores	2014	2015	2016	2017
Nº de Trabalhadores	14	15	17	16
Volume de negócios	210 392,84 €	219 776,92 €	227 078,33 €	230 438,29 €
Ativo	469 535,78 €	490 222,19 €	513 442,61 €	497 907,77 €
Ativo Corrente	125 401,98 €	135 724,10 €	168 695,37 €	183 886,01 €
Resultado Líquido do Exercício	38 789,34 €	19 280,94 €	13 379,24 €	23 452,43 €
Capital Próprio	431 052,28 €	436 900,24 €	436 846,48 €	446 865,93 €
Passivo Corrente	38 483,50 €	53 321,95 €	76 596,13 €	51 041,84 €
Passivo	38 483,50 €	53 321,95 €	76 596,13 €	51 041,84 €
Cash-Flow	84 897,73 €	51 924,58 €	47 448,03 €	55 831,00 €
Rentabilidade das Vendas	18,44%	8,77%	5,89%	10,18%
Rentabilidade do Ativo	8,26%	3,93%	2,61%	4,71%
Rentabilidade do Capital Próprio	9,00%	4,41%	3,06%	5,25%
Prazo Médio de Recebimento de Clientes	8,76	7,80	11,92	12,20
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores	30,90	33,13	21,16	18,39
Autonomia Financeira	91,80%	89,12%	85,08%	89,75%
Solvabilidade	11,20	8,19	5,70	8,75
Liquidez Geral	3,26	2,55	2,20	3,60

4. Pessoal

O quadro de pessoal da instituição é composto por 16 trabalhadores, encontrando-se repartido por áreas específicas, devidamente hierarquizadas, o que possibilita orientar em moldes convenientes a actividade da instituição, bem como proporcionar estabilidade na concretização dos objectivos que a instituição se propôs implementar.

5. Dívidas ao Estado e à Segurança Social

A situação da empresa perante o Estado e a Segurança Social encontra-se totalmente regularizada.

6. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

7. Evolução previsível da actividade

Atendendo à especificidade desta actividade será sempre difícil prever a sua evolução. Ainda assim, e comparando apenas os valores dos dois primeiros meses do ano com o período homólogo de 2018, perspectivamos que a atividade tenha um decréscimo.

8. Proposta para aplicação dos resultados

A Direção propõe que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, que ascendeu a 23 452,43 €, seja aplicado:

- Na sua totalidade, em Resultados Transitados.

9. Considerações Finais

A finalizar este relatório, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades colectivas e indivíduos que connosco têm colaborado.

Agradecemos o zelo e o empenho dos nossos colaboradores na prossecução das tarefas que lhes foram confiadas, denotando mais uma vez uma dedicação exemplar ao Centro Social.

Bragança, 20 de Março de 2018.

A DIRECÇÃO

O Presidente: _____

O secretário: Ezequiel Lopes Jaques.

A tesoureira: Alissanda Manuela Anes

Centro Social São Pedo Serracenos **Contribuinte:** 513104143

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 **Moeda:** (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Aativos fixos tangiveis		312.921,14	344.166,71
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		1.100,62	580,53
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		314.021,76	344.747,24
Ativo corrente			
Inventários		1.128,17	920,74
Créditos a receber		6.438,36	9.176,53
Estado e outros entes públicos		621,43	567,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		74,41	497,62
Outros ativos correntes		70,00	70,00
Caixa e depósitos bancários		175.553,64	157.462,91
		183.886,01	168.695,37
Total do ativo		497.907,77	513.442,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		86.948,43	86.948,43
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		89.505,50	89.505,50
Resultados transitados		109.238,48	95.859,24
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		137.721,09	151.154,07
		423.413,50	423.467,24
Resultado líquido do período		23.452,43	13.379,24
Total dos fundos patrimoniais		446.865,93	436.846,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		4.869,08	5.760,41
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		5.679,00	8.348,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos		28.018,86	24.577,55
Outras contas a pagar		12.474,90	37.909,23
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		51.041,84	76.596,13
Total do passivo		51.041,84	76.596,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		497.907,77	513.442,61

A Direcção

Ezequiel Lopes Diegues.

Alissandra Manuela Anes

Contabilista Certificado

Centro Social São Pedo Serracenos **Contribuinte:** 513104143

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 **Moeda: EUROS**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		230.438,29	227.078,33
Subsídios, doações e legados à exploração		118.528,11	107.089,13
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		41.451,15	39.887,50
Fornecimentos e serviços externos		54.960,86	59.556,17
Gastos com o pessoal		210.692,95	200.178,81
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		867,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-5,58	-1,11
Outros rendimentos		15.646,00	13.514,05
Outros gastos		934,87	1.047,34
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**55.711,15**	**47.012,80**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		32.378,57	34.068,79
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**23.332,58**	**12.944,01**
Juros e rendimentos similares obtidos		119,85	435,23
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		**23.452,43**	**13.379,24**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**23.452,43**	**13.379,24**

A direcção

Contabilista Certificado

Ezequiel Lopes Dieques

Alissandro Manuela Anos

CSSPS - Centro Social São Pedo Serracenos

Anexo

15 de março de 2018

© F3M – Information Systems, SA

Índice

1 Identificação da Entidade 3
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 3
3 Principais Políticas Contabilísticas 3
3.1 Bases de Apresentação 3
3.2 Outras Políticas Contabilísticas 5
3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas 11
3.4 Alterações nas Políticas Contabilísticas 11
3.5 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos 12
3.6 Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores 12
4 Ativos Fixos Tangíveis 12
5 Ativos Intangíveis 13
6 Inventários 13
7 Rendimentos e Gastos 14
8 Subsídios do Governo e apoios do Governo 14
9 Instrumentos Financeiros 15
10 Benefícios dos empregados 15
11 Acontecimentos após a data do Balanço 16
12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais 16
13 Outras Informações 16
13.1 Investimentos Financeiros 16
13.2 Caixa e Depósitos Bancários 17
13.3 Fundos Patrimoniais 17
13.4 Estado e Outros Entes Públicos 17
13.5 Fornecimentos e serviços externos 17
13.6 Outros rendimentos 18
13.7 Outros gastos 18
13.8 Resultados Financeiros 18

© F3M – Information Systems, SA

1 Identificação da Entidade

A "CSSPS - Centro Social São Pedo Serracenos" é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Rua do Lar, nº 2. Tem como principal atividade o Apoio Social para Idosos, com alojamento.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) regulada pelos seguintes diplomas:

- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho,(Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Concelho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Concelho.;
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;
- "Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;
- Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;
- Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015.;
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual.;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;
- Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expetativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu

© F3M – Information Systems, SA

negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas

© F3M – Information Systems, SA

provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2 Outras Políticas Contabilísticas

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

© F3M – Information Systems, SA

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	20 - 50 anos
Equipamento básico	10 – 15 anos
Equipamento de transporte	3 – 5 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3- 10 anos
Outros Activos fixos tangíveis	3 – 10 anos

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

© F3M – Information Systems, SA

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

© F3M – Information Systems, SA

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja, quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

© F3M – Information Systems, SA

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.6 Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

© F3M – Information Systems, SA

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

" a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando

© F3M – Information Systems, SA

estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.9 Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo - Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

O gasto relativo a participações nos lucros e/ou gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

b) Benefícios de cessação - Resultam de benefícios pagos em consequência da decisão da Entidade cessar o emprego de um empregado antes da data normal de reforma, ou da decisão de um empregado de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios.

3.3 Principais fontes de incertezas das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.4 Alterações nas Políticas Contabilísticas

3.4.1 Aplicação Inicial da Disposição da NCRF-ESNL com Efeitos no Período Corrente ou em qualquer período anterior, ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-ESNL.

© F3M – Information Systems, SA

3.4.2 Alteração voluntária em políticas contabilísticas com efeito no período corrente ou em qualquer período anterior (sendo impraticável determinar a quantia de ajustamento) ou com possíveis efeitos em períodos futuros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.5 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

3.6 Erros Materialmente Relevantes de períodos anteriores

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	412.898,87					412.898,87
Equipamento básico	118.090,44					118.090,44
Equipamento de transporte	52.748,00					52.748,00
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	23.635,28	1.133,00				24.768,28
Outros Ativos fixos tangíveis	36.307,60					36.307,60
Total	**643.680,19**	**1.133,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**644.813,19**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	93.617,18	23.462,26				117.079,44
Equipamento básico	101.028,85	6.891,29				107.920,14
Equipamento de transporte	52.748,00					52.748,00
Equipamento biológico	15.811,85	2.025,02				17.836,87
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	36.307,60					36.307,60
Total	**299.513,48**	**32.378,57**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**331.892,05**

© F3M – Information Systems, SA

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	5.535,00					5.535,00
Programas de Computador	4.557,15					4.557,15
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	10.657,95					10.657,95
Total	**20.750,10**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**20.750,10**
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2016				2017		
Descrição	**Inventário inicial**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**	**Compras**	**Reclassificações e Regularizações**	**Inventário final**
Mercadorias	142,39	4.590,48	0,00	175,92	5.795,08	0,00	273,35
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	860,06	35.441,32	0,00	744,82	36.338,29	0,00	854,82
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00

© F3M – Information Systems, SA

Total	**1.002,45**	**40.031,80**	**0,00**	**920,74**	**42.133,37**	**0,00**	**1.128,17**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				39.887,50			41.451,15
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

7 Rendimentos e Gastos

A instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;

b) Prestações de serviços - são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;

c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

d) Royalties - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

e) Dividendos - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2017	2016
Vendas	7.065,70	5.306,53
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	222.788,59	221.019,80
Quotas e joias	584,00	752,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	68,48	435,23
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	51,37	0,00
Total	**230.558,14**	**227.513,56**

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

© F3M – Information Systems, SA

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo		
I.E.F.P.	0,00	628,83
Apoios do Governo		
I.S.S., IP – Centro Distrital	118.436,11	106.340,30
Total	**118.436,11**	**106.969,13**

9 Instrumentos Financeiros

9.1 Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

9.2 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31-12-2017, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade:

Descrição	2017	2016
Ativos Financeiros	**6.508,36**	**9.246,53**
Utentes	6.438,36	9.176,53
Outros Ativos Correntes	70,00	70,00
Passivos Financeiros	**17.343,98**	**43.669,64**
Fornecedores	4.869,08	5.760,41
Outras contas a pagar	12.474,90	37.909,23

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foi de 3.

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 e em 31/12/2016 foi de 16 e 17, respetivamente.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	170.372,46	161.814,46
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	447,60

© F3M – Information Systems, SA

Encargos sobre as Remunerações	38.053,59	35.600,82
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.266,90	2.315,93
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	**210.692,95**	**200.178,81**

11 Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgações nas contas do exercício.

12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2017	2016
Investimentos em subsidiárias	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**0,00**	**0,00**
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	**0,00**	**0,00**
Outros investimentos financeiros	**1.100,62**	**580,53**
Perdas por Imparidade Acumuladas	**0,00**	**0,00**
Total	**1.100,62**	**580,53**

© F3M – Information Systems, SA

13.2 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	40,20	92,46
Depósitos à ordem	75.513,44	40.405,01
Depósitos a prazo	100.000,00	87.000,00
Outros		
Total	**175.553,64**	**127.497,47**

13.3 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	86.948,43	0,00	0,00	86.948,43
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	89.505,50	0,00	0,00	89.505,50
Resultados transitados	95.859,24	13.379,24	0,00	109.238,48
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	151.154,07	0,00	-13.432,98	137.721,09
Total	**423.467,24**	**13.379,24**	**-13.432,98**	**423.413,50**

13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	418,42	393,25
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	203,01	174,32
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	**621,43**	**567,57**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	833,62	2.259,62
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	585,50	530,64
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	4.154,18	5.463,81
Outros Impostos e Taxas	105,70	94,87
Total	**5.679,00**	**8.348,94**

13.5 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

© F3M – Information Systems, SA

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	20.936,26	16.248,92
Materiais	5.375,89	3.739,60
Energia e fluidos	20.789,19	31.256,64
Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00
Serviços diversos	7.859,52	8.311,01
Total	**54.960,86**	**59.556,17**

13.6 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,30	0,17
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	2.070,80	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	13.574,90	13.513,88
Total	**15.646,00**	**13.514,05**

13.7 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	46,90	222,17
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	31,86
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	887,97	793,31
Total	**934,87**	**1.047,34**

13.8 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	**0,00**	**0,00**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	68,48	435,23

© F3M – Information Systems, SA

Dividendos obtidos	51,37	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	**119,85**	**435,23**
Resultados Financeiros	**119,85**	**435,23**

S. Pedro de Serracenos, 31 de dezembro de 2017

Contabilista Certificado

A Direcção

© F3M – Information Systems, SA